

Questões econômicas que exigem decisões políticas

Quando o novo governo determinou aos ministérios e às empresas estatais a suspensão de outros gastos além daqueles indispensáveis para manter em funcionamento a máquina administrativa, consideramos válida a decisão por entender que toda administração, ao assumir, precisa de algum tempo para fazer um levantamento da situação encontrada. Sómente a partir desses dados será possível estruturar uma linha de atuação coerente com os objetivos a que o governo se propõe.

É claro que esse período de carência, para dizermos assim, ainda não se esgotou, estando a nova administração federal em sua segunda semana e faltando ainda preencher muitos cargos no segundo e no terceiro escalões, tarefa que não foi completada em função da enfermidade do presidente Tancredo Neves.

Existe um consenso político, porém, de que o presidente em exercício, José Sarney, deve fazer as nomeações necessárias, após consultar as lideranças da Aliança Democrática, e acreditamos

que isso deverá ocorrer nos próximos dias. O governo deve cuidar, paralelamente, para que o levantamento da situação seja concluído o quanto antes, estabelecendo um prazo para a apresentação dos relatórios oficiais. Parece-nos razoável que a data limite seja fixada em 30 de abril, embora reconheçamos que para isso seja necessário um grande esforço.

O que está claro é que certas decisões não podem ser indefinidamente proteladas e que o governo deve evitar recorrer a medidas para atender a necessidades de curto prazo, remendando aqui e ali. Veja-se, por exemplo, a questão do crédito à agricultura e à exportação, dois setores prioritários. Nesta semana, o governo determinou que o Banco Central e o Banco do Brasil terão disponíveis para aplicação nessas áreas, durante o mês de abril, Cr\$ 1,7 trilhão, volume insuficiente para atender à demanda, mesmo considerando-se que se trata apenas de um mês. Agindo com cautela, os atuais responsáveis pela condução da política econômica

ainda trabalham com a meta de crescimento de 120% da base monetária neste ano, e estariam satisfeitos se o trimestre fechasse com uma expansão de 17% da base, nível ainda compatível com aquele objetivo.

A prudência é compreensível, principalmente levando em conta o desregramento com que o governo anterior agiu na área monetária, notadamente nos últimos dois meses de seu mandato. Mas é evidente que, se o atual governo pretende realmente incentivar a agricultura para permitir uma expansão apreciável da produção de alimentos básicos e, ao mesmo tempo, garantir sustentação à atividade exportadora, não poderá ser mantida a meta para o crescimento monetário herdada do governo Figueiredo.

A opção é eminentemente política, mas dela não há como fugir. A nossa posição a respeito é de que o governo deveria agir com realismo, estabelecendo uma nova meta, não só tendo em vista o programa do governo Tancredo Neves como também o comporta-

mento da inflação. Da mesma forma, o orçamento da União para este exercício, elaborado com base na estimativa de um crescimento de 144% da inflação em 1985, deveria ser revisto, de modo a colocar as coisas em seus lugares e permitir às empresas um planejamento mais consequente para os próximos meses.

Pode alguém alegar que decisões como estas criariam dificuldades insuperáveis para se chegar a um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pode ser que sim, pode ser que não. Os técnicos do FMI certamente já estão cansados de ver os governos latino-americanos prometerem o que não podem cumprir. Seria muito mais construtivo, para ambas as partes, que o novo governo brasileiro reformulasse as metas com realismo, demonstrando firmeza e austerdade bastantes para fazer com que elas sejam cumpridas com um mínimo de desvios. Estariam, assim, estabelecidas as bases para um novo diálogo com a instituição.

Economia
Brasil